


APPDA LISBOA

**Associação Portuguesa Para as Perturbações Desenvolvimento e
Autismo**

Demonstrações Financeiras a 31 de Dezembro de 2017



Handwritten signatures in blue ink, including a large stylized signature and smaller initials.

Índice das demonstrações financeiras

BALANÇO	4
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS	5
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	6
1. INTRODUÇÃO.....	6
2. REFERENCIAL CONTABILISTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMOSNTRAÇÕES FINANCEIRAS	6
3. PRINCIPAIS POLITICAS CONTABILISTICAS	7,8,9,10,11
4. INVESTIMENTOS FINANCEIROS	11
5. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS	12
6. UTENTES E SÓCIOS.....	12
7. INSTRUMENTOS FINANCEIROS	13
8. ESTADO E OUTROS ENTES PUBLICOS	14
9. CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS	14
10. VARIAÇÃO NAS RUBRICAS DO FUNDO PATRIMONIAL.....	14
11. SERVIÇOS PRESTADOS	15
12. SUBSIDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO	15
13. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS.....	16
14. GASTOS COM O PESSOAL.....	16
15. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	17
16. OUTROS GASTOS E PERDAS	17
17. JUROS E RENDIMENTOS/GASTOS OBTIDOS	18

APPDA LISBOA – Assoc.Portug. p/as Perturbações Desenvolvimento e Autismo
 Demonstrações Financeiras
 31 de Dezembro de 2017

Balanço

(Montantes expressos em euros)

<u>Activo</u>	<u>Notas</u>	<u>31.12.17</u>	<u>31.12.16</u>
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	5	780.727,04	831.265,40
Investimentos financeiros	4	2.756,66	2.232,68
		783.483,70	833.498,08
Activo corrente			
Utentes e sócios	6	39.989,80	30.096,37
Outras contas a receber	7	3,82	746,19
Diferimentos	7	2.724,96	6.701,71
Caixa e depósitos bancários	9	73.168,63	51.553,62
		115.887,21	89.097,89
Total do Activo		899.370,91	922.595,97

<u>Fundos Patrimoniais e Passivo</u>	<u>Notas</u>	<u>31.12.17</u>	<u>31.12.16</u>
Fundos	10	92.890,67	92.890,67
Resultados transitados	10	-9.980,17	19.896,57
Outras variações nos fundos patrimoniais	10	565.734,21	602.161,41
		648.644,71	714.948,65
Resultado líquido do período		15.003,29	-29.876,74
Total do Capital Próprio		663.648,00	685.071,91
Passivo não corrente			
Passivo corrente			
Fornecedores	7	33.425,68	30.472,95
Estado e outros entes públicos	8	30.288,98	31.274,03
Outras contas a pagar	7	172.008,25	175.177,08
		235.722,91	237.524,06
Total do Passivo		235.722,91	237.524,06
Total dos Fundos patrimoniais e do Passivo		899.370,91	922.595,97

Direcção

M. Figueiredo
 Lucília Maria Campaia Alexandra Pereira

Contabilista Certificado

João Paulo Almeida

Demonstração dos resultados por naturezas

(Montantes expressos em euros)

<u>Rendimentos e Gastos</u>	<u>Notas</u>	<u>31.12.17</u>	<u>31.12.16</u>
Vendas e serviços prestados	11	290.849,31	291.362,55
Subsídios, doações e legados à exploração	12	1.284.184,94	1.275.291,56
Fornecimentos e serviços externos	13	-345.137,90	-347.223,41
Gastos com o pessoal	14	-1.304.024,52	-1.328.596,43
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	6	13.780,91	3.145,52
Outros rendimentos e ganhos	15	159.170,65	157.833,90
Outros gastos e perdas	16	-11.497,94	-13.404,53
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		87.325,45	38.409,16
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	-72.357,81	-68.666,68
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-14.967,64	-30.257,72
Juros e rendimentos similares obtidos	17	35,65	380,98
Resultados antes de impostos		15.003,29	-29.876,74
Resultado líquido do período		15.003,29	-29.876,74

Direcção



Lucília Maria Lampreia Alexandre Pereira

Contabilista Certificado



Anexo às demonstrações financeiras

1. Introdução

A APPDA – LISBOA, ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA PARA AS PERTURBAÇÕES DO DESENVOLVIMENTO E AUTISMO é uma associação de direitos privados, sem fins lucrativos, enquadrada no artº 10 do CIRC como IPSS, com sede na Rua José Luís Garcia Rodrigues, Bairro Alto da Ajuda em Lisboa, constituída em 1 de Outubro de 2002 e que tem como objeto social apoiar a investigação da etiologia, fenomenologia e terapêuticas das perturbações do desenvolvimento do espectro autista (PDEA), colaboração com todas as pessoas e instituições interessadas.

Promover a formação e a educação das pessoas com PDEA, visando a sua integração escolar e social; Dar apoio e formação aos familiares e aos responsáveis.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 Referencial contabilístico utilizado

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com todas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), as quais contemplam as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF). Mais especificamente foram utilizadas as Entidades do Sector Não Lucrativo (ESNL).

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

- Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

- Regime da periodização económica (acrécimo)

A Entidade reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em "Devedores por acréscimos de rendimento"; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas "Credores por acréscimos de gastos".



- Materialidade e agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras.

A Entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

- Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

- Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados em, 31 de Dezembro de 2017 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2016.

2.2 Disposições do SNC que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas Demonstrações Financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

3. Principais políticas contabilísticas

3.1 Critérios Bases de Mensuração

As principais bases de reconhecimento e mensuração utilizadas foram as seguintes:

- Moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em euros.

- Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de ativos. Não foram apuradas depreciações por componentes.

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas no item de ativos fixos tangíveis.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/instalação, são integrados no item de "ativos fixos tangíveis" e mensurados ao custo de aquisição. Estes bens não forem depreciados enquanto tal, por não se encontrarem em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico que estiver reconhecido na data de alienação do ativo, sendo registadas na demonstração dos resultados no itens "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas", consoante se trate de mais ou menos valias, respetivamente.

- Utentes e outras contas a receber

As contas de "Utentes" e "Outras contas a receber" estão reconhecidas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas por imparidade, registadas na conta de "Perdas por imparidade acumuladas", para que as mesmas reflitam a sua quantia recuperável.

- Caixa e depósitos bancários

Este item inclui caixa, depósitos à ordem e outros depósitos bancários. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "passivo corrente".

- Outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

- Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Associação. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

Observou-se o disposto no ponto 10 - Rédito das Entidades do Sector Não Lucrativo, dado que o rédito só foi reconhecido por ter sido razoavelmente mensurável, é provável que se obtenham benefícios económicos futuros e todas as contingências relativas a uma venda tenham sido substancialmente resolvidas.

Os rendimentos dos serviços prestados são reconhecidos na data da prestação dos serviços ou se periódicos, no fim do período a que dizem respeito.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime da periodização económica, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

- Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Entidade cumpre com todos os requisitos para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento ativos fixos tangíveis, estão incluídos no item de "Outras variações nos capitais próprios". São transferidos numa base sistemática para resultados à medida em que decorrer o respetivo período de depreciação ou amortização.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados no período, pelo que são reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

- Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

3.2 Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros é composto pelo FCT - Fundo de Compensação de Trabalho (1.757,71) e o Fundo de Reestruturação ao Sector Solidário (998,95).

O FCT é um fundo de capitalização individual, que visa garantir o pagamento até metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho, calculada nos termos definidos para a compensação por despedimento coletivo, e que responde até ao limite dos montantes entregues pelo empregador e eventual valorização positiva.

Trata-se de um fundo de natureza mutualista, que visa garantir o valor necessário à cobertura de metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho calculada nos termos referidos, subtraído do montante já pago pelo empregador ao trabalhador.

O valor do fundo corresponde à entrega por parte do empregador do valor de 0,925% de retribuição base e diuturnidades durante o período de execução do contrato, exceto nos períodos em que não ocorra contagem de antiguidade.

O Fundo de Reestruturação do Setor Solidário (FRSS) destina-se a apoiar a reestruturação e a sustentabilidade económica e financeira das Instituições Particulares de Solidariedade Social e equiparadas, permitindo a manutenção do regular funcionamento e desenvolvimento das respostas e serviços sociais que estas entidades prestam.

3.3 Activos fixos tangíveis

O ativo fixo tangível é composto pelo Edifício da Ajuda, Zambujal, Viaturas de Transporte, entre outros equipamentos de apoio às atividades desenvolvidas na Associação

Conforme nota 5, o ativo fixo tangível adquirido face ao subsídio de investimento (Integrar-Feder), continua a ser depreciado de igual modo ao restante ativo fixo tangível, adquirido antes de Janeiro de 2011.

As vidas úteis estimadas para o activo fixo tangível mais significativo são conforme segue:

	<u>Anos</u>
Edifícios e Outras Construções	20-50
Equipamento Básico	3-10
Equipamento Transporte	4
Equipamento Administrativo	3-10
Outros activos fixos tangíveis	5

O método de depreciação utilizado pela APPDA Lisboa é o das quotas constantes, de acordo com o Decreto Regulamentar nº 2/90 de 12 de Janeiro (taxas máximas fiscalmente aceites como custo), que a partir de Janeiro de 2011, foi revogado, pela aprovação NCFR-ESNL, passando as depreciações dos activos adquiridos após essa data, serem praticadas nos termos do Decreto Regulamentar 25/2009.

A depreciação dos activos fixos tangíveis têm o seu início quando os mesmos se encontram disponíveis para uso, sendo o cálculo efectuado numa base duodecimal.

3.5 Rendimentos e gastos

Os rendimentos e gastos são contabilizados no período a que se referem independentemente do momento do seu pagamento e do seu recebimento.

3.6 Responsabilidades por férias e subsídio de férias

De acordo com a legislação do Trabalho em vigor, os encargos com férias, subsídio de férias e respectivos encargos a pagar no período seguinte são imputados a gastos do exercício corrente, encontrando-se a responsabilidade incluída na rubrica de acréscimos de gastos.

4. Investimentos financeiros

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017, o movimento ocorrido no valor dos fundos, foram as seguintes

	FRSS	FCT / FGCT	Total
01 de Janeiro de 2017			
Valor inicial	998,95	1.233,73	2.232,68
Adições	0,00	2.328,51	2.328,51
Diminuições	0,00	1.804,53	1.804,53
31 de Dezembro de 2017	998,95	1.757,21	2.756,66

5. Activos fixos tangíveis

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2017, o movimento ocorrido no valor dos activos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações acumuladas, foram as seguintes

	Edifícios e Out.Const.	Equip. Básico	Equip. transporte	Equip. Administ.	Out. AFT	Total
01 de Janeiro de 2017						
Valor de aquisição	2.533.340,26	201.350,47	61.113,86	148.641,09	2.139,67	2.946.585,35
Depreciação acumulada	1.731.991,73	183.926,23	61.113,86	136.148,46	2.139,67	2.115.319,95
Valor líquido	801.348,53	17.424,24	0,00	12.492,63	0,00	831.265,40
31 de Dezembro de 2017						
Valor líquido inicial	801.348,53	17.424,24	0,00	12.492,63	0,00	831.265,40
Adições	4.538,70	13.986,64	0,00	3.244,21	49,90	21.819,45
Diminuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Depreciação do exercício	-60.914,46	-6.642,10	0,00	-4.751,35	-49,90	-72.357,81
Valor líquido final	744.972,77	24.768,78	0,00	10.985,49	0,00	780.727,04
31 de Dezembro de 2016						
Valor de aquisição	2.537.878,96	215.337,11	42.737,89	151.885,30	2.189,57	2.950.028,83
Depreciação acumulada	1.792.906,19	190.568,33	42.737,89	140.899,81	2.189,57	2.169.301,79
Valor líquido	744.972,77	24.768,78	0,00	10.985,49	0,00	780.727,04

Nota: Em Outubro de 2017 foi alienada uma viatura no valor de 5.000 euros a qual se encontrava totalmente depreciada.

6. Utentes e sócios

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, os valores a receber de utentes e sócios decompõem-se da seguinte forma:

Rubricas	31.12.17	31.12.16
Utentes c/c	38.196,56	28.746,37
Sócios c/c	1.793,24	1.350,00
Utentes e sócios c/c	39.989,80	30.096,37

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, os valores das dívidas de cobrança duvidosa decompõem-se da seguinte forma:

Rubricas	31.12.17	31.12.16
Em mora		
Há mais de vinte e quatro meses	18.726,63	32.507,54
Utentes dívidas cobrança duvidosa	18.726,63	32.507,54

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, as perdas por imparidade de dividas a receber decompõem-se da seguinte forma:

Rubricas	31.12.17	31.12.16
Dividas a receber de utentes		
Perdas por imparidade	-2.079,62	-23,28
Reversão de perdas por imparidade	15.860,53	3.168,80
Imparidade de dividas a receber (perdas/reversão)	13.780,91	3.145,52

7. Instrumentos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, os saldos desta rubrica decompõem-se da seguinte forma:

Rubricas	31.12.17	31.12.16
Outras contas a receber	3,82	746,19
Diferimentos	2.724,96	6.701,71
	<u>2.728,78</u>	<u>7.447,90</u>
Fornecedores	33.425,68	30.472,95
Outras contas a pagar	172.008,25	175.777,08
	<u>205.433,93</u>	<u>206.250,03</u>

O saldo de outras contas a receber, referem-se essencialmente a creditos a descontar em 2018.

O saldo de diferimentos, referem-se a gastos com seguros e despesas com Fornecimento e Serviços Externos (FSE) pagas em 2017, mas cujo o periodo dos serviços são para 2018.

O saldo de outras contas a pagar, referem-se essencialmente:

- a valores a pagar ao pessoal no montante de 165.482,35 euros (2016: 165.482,35 euros) de férias, subsídio de férias e respectivos encargos sociais que se vencem para pagamento em 2018.

- a despesas com Fornecimento e Serviços Externos (FSE) de 2017 pagos em 2018, no valor de 6.317,45 euros.

- a quotas de sindicato no valor de 112,52 euros retidas em 2017 a pagar em 2018.

8. Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, os valores a pagar ao Estado decompõem-se da seguinte forma:

Rubricas	31.12.17	31.12.16
Imposto S/Rendimento Pessoas Singulares (IRS)		
Retenções na fonte	-7.150,69	-7.858,82
Contribuições Segurança Social	-23.138,29	-23.415,21
	<u>-30.288,98</u>	<u>-31.274,03</u>

Em 31 de Dezembro de 2017, não são conhecidas dívidas ao Estado em situação de mora.

9. Caixa e Depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, os valores de diferimentos decompõem-se da seguinte forma:

Rubricas	31.12.17	31.12.16
Depósitos bancários (D.O)	66.668,63	46.053,62
Depósitos bancários (D.P)	6.500,00	5.500,00
Depósitos bancários	<u>73.168,63</u>	<u>51.553,62</u>

Os saldos das contas bancárias D.O, estão conforme as reconciliações bancárias, existe ainda valores numa conta de depósito a prazo, no Novo Banco, a qual gera juros, e à data de 31 de Dezembro de 2017 apresenta um saldo de 6.500,00 euros.

10. Variação nas rubricas do fundo patrimonial

O movimento ocorrido nas rubricas do fundo de capital durante o período de 2017 foi como segue:

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
Fundo Social	92.890,67			92.890,67
Resultados transitados	19.896,57		29.876,74	-9.980,17
Out.var. os fundos patrimoniais	602.161,41		36.427,20	565.734,21
Subsídios p/investimentos	501.923,52		36.427,20	465.496,32
Doações	100.237,89			100.237,89
	<u>714.948,65</u>		<u>66.303,94</u>	<u>648.644,71</u>

Os movimentos ocorridos no fundo de capital durante o período de 2017 resultaram das seguintes deliberações tomadas pelos cooperantes em reuniões da Assembleia-geral:

(i) em 29 de Março de 2017 realizou-se a Assembleia-Geral, na qual foram aprovadas as contas referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2016, tendo o resultado líquido do exercício negativo então findo, no valor de 29.876,74 euros, tido a seguinte distribuição:

- Manter em resultados transitados

11. Serviços prestados

O volume de negócios em 2017 e 2016 reconhecido na demonstração dos resultados, é detalhado como segue:

Rubricas	31.12.17	31.12.16
Mensalidades	279.388,31	279.528,30
Quotas	10.836,00	11.259,25
Jóias	625,00	575,00
Serviços prestados	290.849,31	291.362,55

12. Subsídios, doações e legados à exploração

Os subsídios, doações e legados à exploração em 2017 e 2016 reconhecidos na demonstração dos resultados, são detalhados como segue:

Rubricas	31.12.17	31.12.16
CRSSL – acordo IPSS	975.933,78	946.719,38
Ministério de Educação	303.825,12	322.586,46
FPDA – Federação Portuguesa de Autismo	4.426,04	5.535,72
Junta Freguesia da Ajuda	0,00	450,00
Subsídios, doações e legados à exploração	1.284.184,94	1.275.291,56



13. Fornecimentos e serviços externos

Os fornecimentos e serviços externos em 2017 e 2016 reconhecidos na demonstração dos resultados, são detalhados como segue:

Rubricas	31.12.17	31.12.16
Subcontratos (Serviços de Refeitório)	130.469,38	135.812,75
Trabalhos especializados	27.475,07	19.816,20
Publicidade e propaganda	131,98	92,00
Vigilancia e segurança	1.079,54	957,22
Honorarios	38.107,62	40.373,56
Conservação e reparação	11.010,86	13.423,21
Material de escritório	1.696,20	3.337,91
Energia e fluidos	67.078,55	78.317,45
Deslocações e estadas	200,24	265,77
Rendas e alugueres	42.348,54	29.967,52
Comunicações	2.427,02	6.703,93
Seguros	3.271,79	2.987,29
Limpeza, higiene e conforto	13.212,54	9.819,10
Material apoio às áreas	2.951,34	2.504,50
Material p/Oficina	2.903,45	1.561,27
Outros	773,78	1.283,73
Fornecimentos e serviços externos	345.137,90	347.223,41

14. Gastos com o pessoal

Os gastos com o pessoal em 2017 e 2016 reconhecidos na demonstração dos resultados são detalhados como segue:

Rubricas	31.12.17	31.12.16
Remunerações certas	821.655,43	814.223,32
Remunerações adicionais	241.010,28	268.475,09
Indemnizações	9.844,54	14.579,33
Encargos sociais s/remunerações	216.233,83	217.109,06
Seguros acid. trabalho e profissionais	15.127,09	14.057,04
Outros gastos	153,35	152,59
Gastos com o pessoal	1.304.024,52	1.328.596,43

O número médio de colaboradores ao serviço em 2017 foi de 81, em 2016 foram 85.

15. Outros rendimentos e ganhos

Os rendimentos e ganhos nos períodos de 2017 e 2016 têm a seguinte composição:

Rubricas	31.12.17	31.12.16
Rendimentos suplementares	33.736,51	35.415,32
Descontos p. pagamentos obtidos	0,03	0,00
Alienação activos fixos tangiveis	5.000,00	0,00
Correcções rel. períodos anteriores	3.693,78	7.237,48
Imputação de subsídios p/investimentos	36.427,20	36.427,20
Restituição de impostos		
IVA – Imposto sobre o valor acrescentado	17.400,24	14.167,61
IRS – Imposto s/Rend.das Pessoas Singulares	15.016,19	19.738,17
Donativos	33.954,80	31.174,36
Reembolsos despesas (Farmacia,Ctt, Transporte)	13.941,90	13.673,76
Outros rendimentos e ganhos	159.170,65	157.833,90

Na rubrica de “Rendimentos suplementares” entre outras, estão consideradas as verbas referentes a:

- Oficina e outras areas, no valor de 3.874,00;
- Hipoterapia / Musicoterapia, no valor de 2.945,00;
- Consultas, no valor de 23.653,25;.

16. Outros gastos e perdas

Os gastos e perdas nos períodos de 2017 e 2016 têm a seguinte composição:

Rubricas	31.12.17	31.12.16
Impostos e taxas	621,17	363,00
Correcções rel. períodos anteriores	0,00	172,25
Quotizações	1.245,00	745,00
Encargos com utentes	9.303,12	12.123,30
Juros de mora e outros	328,65	0,98
Outros gastos e perdas	11.497,94	13.404,53

Na rubrica “Encargos com utentes” estão consideradas as verbas referentes a:

- Despesas Saude (Farmacia), no valor de 5.274,40;
- Hipoterapia, Transporte e actividades ludicas, no valor de 3.213,15;

17. Juros e rendimentos obtidos

Os juros e rendimentos/gastos obtidos e suportados períodos de 2017 e 2016 têm a seguinte composição:

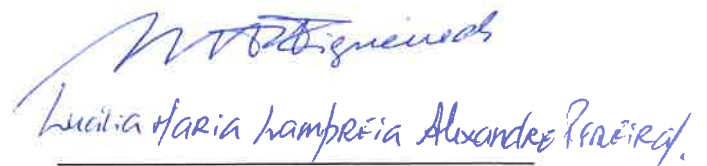
<u>Rubricas</u>	<u>31.12.17</u>	<u>31.12.16</u>
Juros obtidos	35,65	380,98
Juros	35,65	380,98

Lisboa, 20 de Fevereiro de 2018

O CONTABILISTA CERTIFICADO



A DIRECÇÃO



Lucilia Maria Campesina Alexandre Pereira